



## GOVERNO ANUNCIA NOVAS METAS FÍSICAS DE CONTRATAÇÃO DO MINHA CASA, MINHA VIDA PARA 2018

NÚMEROS, ACIMA DOS PRATICADOS NO ANO PASSADO, GERAM ÂNIMO PARA AS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

Ciete Silvério / A2img



Como previsto pelo setor da construção, o governo federal anunciou na quinta-feira (08/02) a nova meta de contratação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). De acordo com o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, o objetivo é ter neste ano 650 mil novos pedidos de construção nas quatro faixas do programa. Em 2017, a meta era de 610 mil unidades, mas aproximadamente 495 mil foram contratadas. Para garantir a execução da meta de contratação de 2018, serão investidos R\$ 9,7 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 63 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Para garantir a execução da ousada meta, Alexandre Baldy afirmou que “não há ameaça aos recursos para a construção das moradias dos programas”. De acordo com o Ministério das Cidades, serão 130 mil unidades para a Faixa 1, incluindo as contratações da modalidade Entidades e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); 70 mil para

a Faixa 1,5; 400 mil para a Faixa 2, e 50 mil novas moradias para a Faixa 3.

Durante o anúncio, realizado ontem em coletiva à imprensa, o ministro-chefe da Secretaria Geral do Governo, Moreira Franco, ressaltou o tamanho do desafio e reforçou que o PMCMV é um esforço não só para garantir o direito de moradia ao cidadão, mas também gerar mais empregos na construção civil e enfatizou que a meta será perseguida com determinação. A previsão do governo é de que sejam gerados cerca de 1,4 milhão de empregos com as novas obras.

O vice-presidente da CBIC e líder do projeto Continuidade e Melhoria dos Programas Habitacionais (Programa Minha Casa, Minha Vida) da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Carlos Henrique Passos, considerou positivo o anúncio do governo, porque as metas ficaram acima do es-

perado, se comparado ao desempenho de 2017, e porque o foco do governo é contratar e iniciar as obras, o que traz ânimo para o setor da construção. “A meta para a Faixa 1 superou a expectativa. Além de buscar espaço para esse ano, tenta resgatar o que não foi feito no ano passado. A meta da Faixa 1,5 também reforça a importância do seu papel, que está tendo absorção pelo mercado. No ano passado tinha uma meta de 40 mil unidades e neste ano terá de 70 mil unidades. Além disso, traz expansão nas faixas 2 e 3”, completa.

MINHA CASA, MINHA VIDA				
UNIDADES CONTRATADAS MCMV ATÉ DEZEMBRO/2017				
	2015	2016	2017	TOTAL
<b>TOTAIS</b>	402.145	385.326	495.935	5.038.534
<b>Faixa 1</b>	16.890	35.008	24.072	1.785.316
<b>Faixa 2</b>	344.729	282.083	422.879	2.641.796
<b>Faixa 3</b>	40.526	68.235	48.984	611.422

Fonte: MCidades - Elaboração: CBIC

Carlos Henrique Passos também ressalta a conquista da CBIC com o anúncio. “Sabemos que o grande óbice para que o MCMV seja de fato efetivado são os entraves burocráticos e operacionais que prejudicam muito o desempenho empresarial no Brasil e o papel da CBIC foi fundamental em ajudar as empresas no alcance desses desafios”.

## INTERLOCUÇÃO COM O SETOR

“Procuramos contribuir para que a construção civil possa se recuperar, ter medidas destravadas, desburocratizadas, e ter recursos suficientes para que, dentro dos programas de financiamento, consigamos alavancar projetos, obras, empregos que promoverão a renda, e a recuperação dos empreendedores por todo o País”, garantiu o ministro Alexandre Baldy, durante reunião com empresários do setor da construção, no último dia 7 de fevereiro.

Questionado sobre a expectativa de contratação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2018 e em quais modalidades, o ministro Alexandre

**Planos  
desenhados  
de acordo com  
as necessidades  
das construtoras  
e incorporações.**

**CLIQUE AQUI  
E SOLICITE UMA PROPOSTA**

Produto registrado na SUSEP sob nº 15414.003220/2010-81 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 0635-1, CNPJ 02.102.498/0001-29. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

Convênio  
**CBIC**  
Núcleo de Seguros

**PASI, reconhecido pela  
CBIC como o Seguro de  
Vida Oficial da Indústria  
da Construção**

**PASI**

Central PASI – 4000-1989  
contato@pasi.com.br – www.pasi.com.br

/seguroPASI

Garantia:

Baldy informou aos membros do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção que as novidades seriam divulgadas no dia seguinte e garantiu que as metas seriam responsáveis e com condições de execução. Baldy participou da reunião, acompanhado pela secretária Nacional de Habitação do Ministério, Socorro Gadelha, e pelo secretário executivo, Silvani Pereira, ocasião em que aproveitou para enfatizar o importante papel da Caixa para o sucesso do programa.

O ministro também informou que o Ministério abrirá

nova seleção para o PMCMV para acelerar o número de contratações na Faixa 1 e, especialmente, na Faixa 1,5. Quanto à preocupação dos empreendedores que foram selecionados na última triagem, o ministro disse que terão prioridade os projetos que estejam em ritmo avançado. “O desejo do governo federal é que consigamos contratar e iniciar as obras no prazo mais exíguo possível. Isto porque estamos retomando a economia e temos orçamento”, disse.

Confira, a seguir, entrevista exclusiva do ministro das Cidades, Alexandre Baldy, ao **CBIC Mais**.

PH Freitas/CBIC



**CBIC MAIS - As incertezas da Caixa sobre como vai capitalizar e cumprir as regras institucionais do setor podem levar a entraves nos investimentos imobiliários. Como o Ministério das Cidades trabalha para a sustentabilidade do programa?**

**Alexandre Baldy** - Desejamos discutir e dialogar cada vez mais com os outros ministérios e com os demais participantes de conselho, para que a gente possa sempre melhorar. Melhorar normas e melhorar regulamentações do programa, para que a gente consiga dar mais celeridade e efetividade ao programa e mais apoio aos empreendedores e aos trabalhadores.

**CBIC Mais - Como está funcionando o modelo de seleção de projetos, criado pelo Ministério das Cidades para dar celeridade ao processo de contratação do Faixa 1?**

**Alexandre Baldy** - Devemos concluir esse procedimento de nova metodologia e de nova métrica de seleção por parte dos projetos que desejamos que sejam implementados. A partir dessa seleção, que será colocada em prática nos próximos dias, poderemos viabilizar obras que se iniciem no prazo mais rápido possível.

**CBIC Mais - As limitações impostas pela legislação eleitoral para contratação de novas obras a partir de julho podem prejudicar novas contratações do programa?**

**Alexandre Baldy** - O Programa Minha Casa, Minha Vida não é afetado por questões eleitorais.

**CBIC Mais - A Caixa deve ser autorizada a não repassar o lucro de 2017 para a União. Esses recursos são suficientes para garantir a execução da meta do MCMV em 2018?**

**Alexandre Baldy** - A Caixa tem todas as fórmulas suficientes e necessárias para cumprir os objetivos de financiamento para o ano de 2018. Inclusive, o Congresso aprovou e o presidente da República sancionou uma legislação que, caso se faça necessário, será utilizada para a capitalização da Caixa, aplicando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Tenho tranquilidade em assegurar que a Caixa não precisa de capitalização para operações que serão realizadas fora do âmbito dos programas do FGTS e dos programas sociais do governo. E, se for necessário, a Caixa já tem essa alternativa para utilizar, ainda que o resultado que será divulgado nos próximos dias seja o maior lucro da história da Caixa.

## FADS COMO AUXÍLIO NA IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA DE DESEMPENHO

CBIC TRABALHA COM MINISTÉRIO DAS CIDADES NA AMPLIAÇÃO DO CATÁLOGO DE FADS DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS CONVENCIONAIS

PH Freitas/CBIC



Reunião da Comat/CBIC. Em pé, da esq. para dir.: Silvio Carvalho (Ademi-DF), Marcos Galindo (Sinduscon-BA), Roberto Matozinhos (Sinduscon-MG), Sheila Marcon (Sinduscon-MT) e Raquel Ribeiro (CBIC). Sentados: Ivanor Fantin (Sinduscon-PR) e Lydio Bandeira de Mello (Sinduscon-Rio).

Desde que o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) foi criado pelo governo federal, ele se articula com a iniciativa privada para potencializar o setor da construção civil, visando a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva. Empresas de serviços e obras têm participação ativa na busca de soluções com maior qualidade e menor custo para a cadeia produtiva. E o interesse nessa cooperação torna-se ainda maior e imperativo com a consolidação dos processos de avaliação da conformidade, já que as construtoras têm exercido maior controle sobre os materiais e serviços empregados nas obras.

Um dos sistemas estruturantes do PBQP-H é o Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT), que busca a harmonização de procedimentos para a avaliação técnica de sistemas construtivos no Brasil. Até 2016, o SiNAT incluía em seu escopo somente as avaliações de sistemas inovadores, cujas aprovações pela Comissão Nacional do SiNAT constam nos Documentos de Avaliação Técnica (DATecs). A partir de novembro daquele

ano, com a revisão do regimento do SiNAT e a publicação da Portaria 550 do Ministério das Cidades, os sistemas convencionais começaram a passar também por análises, sendo as Fichas de Avaliação de Desempenho (FADs) um dos documentos que podem atestar sua conformidade.

### INSTRUMENTO DE APOIO À CONSTRUÇÃO

A FAD é um documento técnico que apresenta os resultados da avaliação técnica e as condições de execução, uso e manutenção de um sistema convencional. Ela serve para dizer que determinado sistema construtivo é consagrado, tem seus desempenhos testados e segue as especificações da Norma de Desempenho de Edificações (ABNT NBR 15575), podendo ser empregado em projetos e obras habitacionais. “A FAD é um instrumento que auxilia o construtor a ter segurança de que o projeto está atendendo a Norma”, resumiu Marcos Galindo, presidente da Comissão Nacional do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SiAC) e membro da

Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Comat/CBIC).

“Quando você pensa no plano de controle tecnológico de uma obra, existem três fases muito bem definidas”, explicou Roberto Matozinhos, assessor técnico do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) e representante da CBIC no SiNAT, durante reunião do grupo de trabalho criado pela Comat/CBIC para discutir o desenvolvimento das FADs. “1- Avaliação do sistema, para analisar se ele atende à Norma de Desempenho e se pode ser usado em determinado projeto; 2- Controle de execução, para saber se a obra está sendo executada conforme o projeto; e 3- Comprovação da execução, atendendo os requisitos do projeto. A FAD elimina a primeira etapa, porque ela informa se o sistema construtivo utilizado, com as características especificadas, tem potencial para atender o desempenho”.

A FAD passa, assim, a ser parte do processo de gestão da qualidade das empresas. Com a utilização das fichas, a construtora se exime da necessidade de comprovações adicionais de atendimento à ABNT NBR 15575, desde que as obras sejam executadas rigorosamente conforme previsto na FAD. Isto também resulta em embasamento técnico para futuras contestações, além de otimizar recursos com ensaios, pareceres e simulações. Tanto o projetista, quanto a construtora e o usuário são beneficiados.

Importante lembrar que a FAD não é obrigatória para nenhum sistema construtivo, uma vez que a ABNT NBR 15575 já especifica os requisitos e critérios de desempenho que os sistemas devem atender, bem como os respectivos métodos de avaliação. A Norma está focada nos resultados, independente dos meios utilizados na execução, incentivando assim a inovação na indústria. Galindo reforçou que a FAD é uma importante ferramenta para auxiliar o setor: “É uma possibilidade, não uma obrigação”.

## **DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FADS**

Quando a FAD é concedida a um sistema con-

vencional, ela passa a compor, de modo público, o [Catálogo de Desempenho de Sistemas Convencionais](#), integrante dos documentos de Desempenho Técnico para Habitação de Interesse Social (HIS), do Ministério das Cidades. Atualmente, existem 19 fichas com desempenhos avaliados.

Desenvolver um número maior de FADs, tornando-as disponíveis para uso pelo setor da construção civil, é o objetivo da CBIC e do Ministério neste momento. Ambos estão fazendo um movimento de articulação para mobilizar um esforço setorial nesse sentido, envolvendo instituições e pessoas vinculadas ao sistema PBQP-H.

Hoje existem 65 FADs com desempenhos em avaliação pelo SiNAT. Logo, a primeira tarefa da CBIC é definir o universo de FADs de interesse do setor, sinalizando e elencando quais fichas são prioritárias para aprovação, além de descobrir se há outros sistemas construtivos relevantes fora desse escopo – sempre com a preocupação de refletir a realidade do mercado nacional, retratando as necessidades da maioria das obras por todo o Brasil.

Para completar essa missão, foi definido na reunião do grupo de trabalho da Comat que será lançada uma pesquisa, nos próximos dias, para identificar quais os principais tipos de sistemas construtivos convencionais utilizados ou com pretensão de uso. A CBIC espera contar com o apoio de todos os Estados no mapeamento para ampliação do catálogo de FADs, a fim de que se trace um panorama nacional fiel à realidade. A divulgação da pesquisa será feita, de forma ampla a todos os associados, em breve. A partir daí, o trabalho terá prosseguimento junto ao Ministério das Cidades.

Participaram da reunião da Comat/CBIC, nesta semana, representantes dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Paraná e Rio de Janeiro; e da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF). A iniciativa de desenvolvimento de FADs está contida no projeto “Gestão de Normas Técnicas do Setor” da CBIC, em correalização com o Senai Nacional.

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL SINAPI										
Janeiro/18										
Unidades Federação e Regiões Geográficas	Não considerando a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor da Construção Civil					Considerando a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor da Construção Civil				
	Custos Médios R\$/m²	Mês	Variações %			Custos Médios R\$/m²	Mês	Variações %		
			Acumuladas					Acumuladas		
		Ano	12 Meses			Ano	12 Meses			
<b>Brasil</b>	<b>1.149,87</b>	<b>0,26</b>	<b>0,26</b>	<b>3,76</b>	<b>1.069,61</b>	<b>0,27</b>	<b>0,27</b>	<b>3,71</b>		
<b>Região Norte</b>	<b>1.141,68</b>	<b>0,11</b>	<b>0,11</b>	<b>1,74</b>	<b>1.066,91</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>1,67</b>		
Roraima	1.187,25	0,00	0,00	4,24	1.110,92	0,00	0,00	4,25		
Acre	1.256,96	0,02	0,02	4,31	1.175,49	0,02	0,02	4,26		
Amazonas	1.105,40	0,23	0,23	1,20	1.033,87	0,27	0,27	1,32		
Roraima	1.198,16	0,10	0,10	2,08	1.112,78	0,11	0,11	1,94		
Pará	1.121,56	0,00	0,00	0,88	1.047,56	0,00	0,00	0,76		
Amapá	1.134,37	0,77	0,77	1,25	1.062,33	0,82	0,82	1,34		
Tocantins	1.199,13	-0,07	-0,07	3,31	1.120,81	-0,08	-0,08	3,12		
<b>Região Nordeste</b>	<b>1.065,07</b>	<b>0,26</b>	<b>0,26</b>	<b>4,23</b>	<b>994,66</b>	<b>0,27</b>	<b>0,27</b>	<b>4,21</b>		
Maranhão	1.087,98	0,12	0,12	4,35	1.017,52	0,13	0,13	4,19		
Piauí	1.085,91	0,41	0,41	2,85	1.017,99	0,42	0,42	3,03		
Ceará	1.061,30	0,05	0,05	3,82	993,97	0,05	0,05	3,95		
Rio Grande do Norte	1.054,50	2,19	2,19	8,31	984,94	2,17	2,17	8,23		
Paraíba	1.110,20	0,06	0,06	4,70	1.038,36	0,06	0,06	4,56		
Pernambuco	1.046,68	-0,01	-0,01	2,08	976,64	-0,01	-0,01	2,09		
Alagoas	1.058,78	0,31	0,31	5,19	990,86	0,33	0,33	5,25		
Sergipe	1.000,26	-0,02	-0,02	3,20	934,41	-0,03	-0,03	3,15		
Bahia	1.061,72	0,29	0,29	5,05	988,10	0,33	0,33	5,00		
<b>Região Sudeste</b>	<b>1.205,37</b>	<b>0,42</b>	<b>0,42</b>	<b>3,88</b>	<b>1.116,94</b>	<b>0,46</b>	<b>0,46</b>	<b>3,81</b>		
Minas Gerais	1.074,61	0,09	0,09	4,51	1.000,89	0,09	0,09	4,31		
Espírito Santo	1.048,65	0,36	0,36	3,17	975,59	0,40	0,40	3,19		
Rio de Janeiro	1.294,89	0,24	0,24	4,14	1.196,49	0,26	0,26	4,13		
São Paulo	1.260,91	0,67	0,67	3,52	1.166,18	0,72	0,72	3,47		
<b>Região Sul</b>	<b>1.194,15</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>3,57</b>	<b>1.106,85</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>3,53</b>		
Paraná	1.170,21	0,28	0,28	2,22	1.081,29	0,27	0,27	2,10		
Santa Catarina	1.298,74	-0,06	-0,06	5,74	1.200,63	-0,07	-0,07	5,70		
Rio Grande do Sul	1.133,56	0,10	0,10	3,73	1.059,37	0,11	0,11	3,72		
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1.157,68</b>	<b>-0,11</b>	<b>-0,11</b>	<b>4,21</b>	<b>1.081,68</b>	<b>-0,13</b>	<b>-0,13</b>	<b>4,11</b>		
Mato Grosso do Sul	1.131,07	-0,16	-0,16	4,23	1.058,24	-0,17	-0,17	4,12		
Mato Grosso	1.151,99	-0,42	-0,42	2,83	1.074,32	-0,45	-0,45	2,60		
Goiás	1.143,92	0,00	0,00	4,67	1.069,15	-0,03	-0,03	4,56		
Distrito Federal	1.202,75	0,18	0,18	5,39	1.125,12	0,19	0,19	5,39		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**AGENDA**



**21 de fevereiro**

**REUNIÃO DO FASC**  
Horário: 10h às 13h  
Local: Sede do SECOVI-SP



**21 e 22 de maio**

**ENCONTRO CBIC JOVEM**  
Local: Sede do SECOVI-SP  
Horário: 08h30 às 18h



**22 de fevereiro**

**EVENTO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CANPAT CONSTRUÇÃO 2017/2018) E REFORMA TRABALHISTA**  
Local: Fortaleza-CE



**23 de fevereiro**

**REUNIÃO CII/CBIC**  
Local: Rio de Janeiro-RJ

**EXPEDIENTE:**

Presidente da CBIC: José Carlos Martins  
Equipe de Comunicação:  
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br  
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br  
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br  
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Bruno Dantas - redacao@cbic.org.br  
Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br  
Projeto Gráfico: Radiola  
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula  
Telefone: (61) 3327-1013